



1º SIMULADO
MPMG
PROMOTOR

INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada no concurso para MPMG Promotor.
- 2 – A prova contém **80 questões** cobrando assuntos do programa do edital do concurso.
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil da banca organizadora do concurso.
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

PREENCHA O GABARITO

<http://bit.ly/Simulado-MPMG-Procurador-05-06>

Cartão de Respostas						
1	21	41	61			
2	22	42	62			
3	23	43	63			
4	24	44	64			
5	25	45	65			
6	26	46	66			
7	27	47	67			
8	28	48	68			
9	29	49	69			
10	30	50	70			
11	31	51	71			
12	32	52	72			
13	33	53	73			
14	34	54	74			
15	35	55	75			
16	36	56	76			
17	37	57	77			
18	38	58	78			
19	39	59	79			
20	40	60	80			

PROVA OBJETIVA**DIREITO CONSTITUCIONAL**

Nelma Fontana

01. A respeito dos direitos de nacionalidade e dos direitos políticos, indique a alternativa incorreta.

- a) A Constituição Federal enumerou, em rol taxativo, os casos de inelegibilidades absolutas, mas permitiu que lei aprovada pelo Congresso Nacional estabelecesse outros casos de inelegibilidades relativas, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função pública.
- b) A ação de impugnação de mandato poderá ser apresentada ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, devendo tramitar em segredo de justiça e ser instruída com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- c) A condenação por improbidade administrativa, além de outras penalidades, provoca a suspensão dos direitos políticos do condenado.
- d) A Constituição Federal proíbe que lei estabeleça distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo os casos previstos no próprio texto constitucional.

02. Conforme disposto na Constituição Federal, os estados poderão legislar, mediante delegação da União por meio de lei complementar, sobre questões específicas relacionadas a

- a) juntas comerciais.
- b) responsabilidade por dano ao meio ambiente.
- c) registros públicos.
- d) criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas.

03. A respeito do processo legislativo constitucional, indique a alternativa incorreta.

- a) O Presidente da República não tem competência para promulgar e nem encaminhar à publicação emendas à Constituição Federal.
- b) É vedada a edição de medida provisória a respeito de direito penal incriminador.
- c) Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa do Congresso Nacional serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros. Esse quórum não se aplica às emendas à Constituição Federal e nem às leis complementares.
- d) Por decreto legislativo, poderá o Congresso Nacional delegar ao Presidente da República a competência para criação de leis delegadas.

04. A respeito dos Princípios Fundamentais, indique a alternativa correta.

- a) A forma federativa de Estado e a forma republicana de governo integram as chamadas cláusulas pétreas da Constituição Federal, assuntos que não poderão ser abolidos nem mesmo por emenda.
- b) A República Federativa do Brasil, conforme expressamente estabelecido pela Constituição Federal, buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- c) Construir uma sociedade livre, justa e igualitária é um dos objetivos da República Federativa do Brasil expressamente enumerado no texto da Constituição Federal.
- d) O Brasil adota o modelo de democracia indireta, segundo o qual embora a titularidade do poder seja do povo, seu exercício se dá apenas por meio dos representantes eleitos.

05. No que se refere ao controle de constitucionalidade relativo à Constituição Federal, assinale a opção correta.

a) Declarada a inconstitucionalidade de lei, em sede de controle concentrado de constitucionalidade, os efeitos da decisão produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do Poder Executivo, bem como à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

b) Os Tribunais de Justiça dos Estados têm competência para processar e julgar ação direta de inconstitucionalidade cujo objeto é lei federal contestada em face da Constituição estadual.

c) Para que a ação declaratória de constitucionalidade seja admitida, será preciso demonstrar na petição inicial que existe controvérsia doutrinária ou judicial a respeito da interpretação ou da aplicação da lei ou do ato normativo federal.

d) Na ação direta de inconstitucionalidade (ADI), observado o prazo legal, qualquer legitimado ativo da ação poderá apresentar ação rescisória com vistas ao desfazimento do acórdão proferido na ação do controle abstrato.

06. João descobriu que Maria, sua esposa, com quem estava casado há vinte anos, mantinha um relacionamento amoroso com José, seu vizinho. Inconformado, movido por profunda tristeza e grande emoção, logo após tomar conhecimento do fato, sacou de sua arma e desferiu dois tiros em Maria, motivo pelo qual a mulher veio a óbito. A respeito do caso narrado, tomando-se por parâmetros o texto constitucional e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, aponte a alternativa incorreta.

a) A Constituição Federal assegura, nos julgamentos perante o júri, a plenitude de defesa, de modo que, em favor do réu, são cabíveis argumentos jurídicos e não jurídicos, inclusive morais, para a formação do convencimento dos jurados, como é o caso da tese da legítima defesa da honra.

b) A legítima defesa da honra é argumento atécnico e extrajurídico, que de modo cruel, subverte a dignidade humana e afronta a igualdade entre homens e mulheres.

c) A legítima defesa da honra não está inclusa no instituto da legítima defesa, previsto tanto na Constituição Federal quanto na lei infraconstitucional.

d) A traição está inserida no contexto das relações amorosas e sua reprovação reside apenas no campo moral, de modo que ciúme, paixão e emoção não excluem a imputabilidade penal e nem caracterizam legítima defesa.

DIREITO ELEITORAL

Ricardo Torques

07. Considerando as disposições da Lei nº 4.737/65 (Código Eleitoral), assinale a alternativa correta quanto ao recurso contra a expedição de diploma:

a) O referido recurso caberá somente nos casos de inelegibilidade superveniente ou de natureza constitucional.

b) A inelegibilidade superveniente que atraindo restrição à candidatura, ainda que formulada no âmbito do processo de registro, também poderá ser deduzida no recurso contra expedição de diploma.

c) Admite-se recurso contra expedição de diploma em razão de inelegibilidade superveniente, decorrente de alterações fáticas ou jurídicas, desde que esta se verifique até a data limite para que partidos e coligações apresentem seus requerimentos de registros de candidatos.

d) A inelegibilidade superveniente deduzível no recurso contra expedição de diploma pode ocorrer em qualquer tempo, inclusive após a apresentação de requerimento de registro de candidatos.

08. Em relação às doações realizadas para campanhas eleitorais, assinale a alternativa correta:

- a) As pessoas físicas podem fazer doações em dinheiro ou estimáveis em dinheiro, desde que limitadas a 10% (dez por cento) de seus rendimentos brutos auferidos no ano anterior à doação.
- b) O candidato poderá usar recursos próprios em sua campanha até o total de 25% (vinte e cinco por cento) dos limites previstos para gastos de campanha no cargo em que concorrer.
- c) A doação de quantia acima dos limites fixados por lei sujeita ao infrator ao pagamento de multa no valor de até 50% (cinquenta por cento) da quantia em excesso.
- d) No período compreendido entre o registro e a eleição, os candidatos não poderão realizar doações em dinheiro para pessoas físicas ou jurídicas, mas poderão entregar troféus, prêmios ou ajudas assistenciais.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

09. A respeito da responsabilidade civil do Estado, pode-se afirmar que

- a) Em razão da previsão de responsabilidade civil objetiva do Estado, não se admite o direito de regresso contra o agente público responsável por dano causado ao ente privado.
- b) A responsabilização objetiva do Estado em caso de morte de detento somente ocorre quando houver inobservância do dever específico de proteção previsto no art. 5º, inciso XLIX, da Constituição Federal.
- c) A responsabilidade civil da pessoa jurídica de direito público pelos atos causados por seus agentes é objetiva, tendo a mesma natureza, a responsabilidade civil dos agentes públicos.
- d) O Estado será sempre responsável pelos danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional.

10. Sobre a intervenção do estado na propriedade, é incorreto afirmar

- a) A requisição administrativa depende de prévia autorização judicial.
- b) Ao imóvel desapropriado para implantação de parcelamento popular, destinado às classes de menor renda, não se dará outra utilização nem haverá retrocessão.
- c) O tombamento pode ser compulsório quando o proprietário se recusar a anuir, devendo ser instaurado procedimento administrativo.
- d) As restrições ao direito de propriedade impostas por normas ambientais configuram limitações administrativas.

11. No que se refere aos poderes administrativos, em especial, ao poder de polícia, assinale a alternativa correta, de acordo com a recente jurisprudência dos Tribunais Superiores

- a) O STF tem entendimento pacificado no sentido de que é inconstitucional a atribuição às guardas municipais do exercício de poder de polícia de trânsito quando se trate de imposição de sanções administrativas.
- b) É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.
- c) O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT não detém competência para a fiscalização do trânsito nas rodovias e estradas federais, não podendo aplicar, em consequência, penalidade por infração ao Código de Trânsito Brasileiro.
- d) Um dos atributos do poder de polícia é a autoexecutoriedade, que permite a Administração Pública, com seus próprios meios, executar seus atos e decisões, sem precisar de prévia autorização judicial. Assim, a autoexecutoriedade retira da Administração Pública a possibilidade de valer-se de decisão judicial que lhe assegure a providência fática que almeja, já que as medidas tomadas pelo Poder Público no exercício do poder de polícia são sempre suficientes.

12. Conforme jurisprudência dos Tribunais Superiores acerca da regra constitucional do concurso público, é incorreto afirmar que

- a) É inconstitucional a remarcação do teste de aptidão física de candidata que esteja grávida à época de sua realização.
- b) É inconstitucional a fixação de critério de desempate em concursos públicos que favoreça candidatos que pertencem ao serviço público de um determinado ente federativo.
- c) O Estado responde subsidiariamente por danos materiais causados a candidatos em concurso público organizado por pessoa jurídica de direito privado, quando os exames são cancelados por indícios de fraude.
- d) Não é legítima a cláusula de edital de concurso público que restrinja a participação de candidato pelo simples fato de responder a inquérito ou a ação penal, salvo se essa restrição for instituída por lei e se mostrar constitucionalmente adequada.

13. Assinale a alternativa correta a respeito das entidades paraestatais

- a) Os serviços sociais autônomos são imunes aos impostos incidentes sobre o patrimônio, renda e serviços.
- b) Serviços sociais autônomos são pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fim econômico, criadas por lei para desempenhar certas atividades, integrando a administração pública indireta.
- c) Por integrarem a estrutura administrativa, as entidades do terceiro setor estão sujeitas à regulação financeira efetivada pelo Tribunal de Contas, além de se submeterem aos princípios básicos que norteiam a atuação administrativa.
- d) Organização Social é uma qualificação jurídica dada pelo Poder Público a pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criadas para absorver atividades exclusivas de Estado.

14. Acerca do Processo Administrativo Federal, regido pela Lei 9.784/1999, bem como do entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca do tema, assinale a alternativa correta

- a) O Supremo Tribunal Federal entende que não é necessária a observância do devido processo legal para a anulação de ato administrativo que tenha repercutido no campo dos interesses individuais.
- b) A convalidação de decisão administrativa com defeitos sanáveis é um dever condicionado à não ocorrência de lesão ao interesse público e prejuízo a terceiros.
- c) Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito, o qual deve ser dirigido à autoridade superior àquela que proferiu a decisão.
- d) É impedido de atuar em processo administrativo o servidor que esteja litigando judicialmente com o cônjuge ou o companheiro do interessado.

DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

Mateus Pontalti

15. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a) Normas relativas à prescrição e decadência em matéria tributária são reservadas à lei complementar.
- b) O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.
- c) A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.
- d) É inconstitucional a taxa de renovação de funcionamento e localização municipal.

16. Assinale a alternativa correta:

- a) A União não pode estabelecer isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos municípios, salvo em caso de calamidade pública ou guerra externa.
- b) Excepcionalmente, desde que aprovado por 2/3 do Congresso Nacional, em dois turnos, é possível à União isentar tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
- c) Os Estados-Membros da Federação podem estabelecer isenções de tributos municipais quando a Constituição Estadual assim o autorize.
- d) É constitucional um tratado internacional que conceda isenções de tributos da competência dos Estados e dos Municípios.

TEORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Guilherme Rezende

17. Sobre o Ministério Público assinale a alternativa incorreta:

- a) O Ministério Público da União formará lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha do Procurador-Geral da República, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
- b) Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
- c) Os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.
- d) Aos membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas aplicam-se as disposições desta seção pertinentes a direitos, vedações e forma de investidura.

18. São funções institucionais do Ministério Público, exceto:

- a) promover, exclusivamente, a ação penal pública, na forma da lei;
- b) zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;
- c) promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;
- d) promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição;

19. Sobre a composição do Conselho Nacional do Ministério Público, assinale a alternativa incorreta:

- a) O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, sendo vedada a recondução.
- b) O Procurador-Geral da República integra o CNMP, sendo o seu presidente.
- c) Compõem o CNMP quatro membros do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras;
- d) Compõem o CNMP dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

20. Sobre o Ministério Público assinale a alternativa incorreta:

- a) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- b) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- c) Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, mas não administrativa, não podendo propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento.
- d) O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

DIREITO PENAL

Alex Fadel

21. Sobre o concurso de pessoas, marque a assertiva incorreta.

- a) O Código Penal adotou, no que se refere à participação, a teoria da acessoriedade máxima, ou seja, o partícipe será punido se o autor praticar um fato típico e ilícito, independentemente da culpabilidade do agente.
- b) Em que pese não seja a regra, o Código Penal prevê situações em que a teoria pluralista é adotada no ordenamento jurídico.
- c) O Código Penal não tipifica como crime a participação negativa.
- d) Ocorre a autoria sucessiva quando alguém ofende o mesmo bem jurídico já afetado antes por outra pessoa.

22. Sobre extinção da punibilidade, marque a assertiva correta:

- a) No caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre o total das penas.
- b) A sentença concessiva de perdão judicial é declaratória de extinção da punibilidade, podendo ser considerada para efeitos de reincidência.
- c) A prescrição da pena de multa ocorrerá em 03 (três) anos quando for a única cominada ou aplicada.
- d) Antes de passar em julgado a sentença penal não corre enquanto não cumprido ou não rescindido o acordo de não persecução penal.

23. Assinale a assertiva incorreta:

- a) Não é possível legítima defesa real recíproca.
- b) A coação moral irresistível não exclui a tipicidade.
- c) Alice estava caminhando no parque quando um cachorro pitbull feroz veio ataca-la, e para se defender, Alice matou o animal. Nesta situação, Alice agiu em legítima defesa.
- d) É possível a legítima defesa sucessiva.

24. Sobre os crimes contra o patrimônio, marque a alternativa incorreta:

- a) O crime de extorsão mediante sequestro é crime permanente, razão pela qual é cabível a prisão em flagrante a qualquer momento durante a permanência.
- b) O crime de estelionato previdenciário quando praticado pelo próprio beneficiário é considerado crime permanente, e, quando praticado por terceiro é considerado crime instantâneo de efeitos permanentes.
- c) No crime de furto há o aumento de pena de 1/3 até 1/2 se há o concurso de duas ou mais pessoas.
- d) Se o crime de estelionato for praticado contra pessoa maior de 70 anos de idade será processado mediante ação penal pública incondicionada.

25. Sobre o crime de estelionato, assinale a assertiva incorreta.

a) O foro competente para o processo e julgamento dos crimes de estelionato, sob a modalidade da emissão dolosa de cheque de provisão de fundos, é o do local onde se deu a recusa do pagamento do sacado.

b) Na hipótese em que o estelionato se dá mediante vantagem indevida auferida mediante depósito em favor de terceiro, a competência deverá ser declarada em favor do juízo no qual se situa a conta favorecida.

c) O pagamento de cheque emitido sem provisão de fundos, após o oferecimento da denúncia, não obsta ao prosseguimento da ação penal.

d) Segundo entendimento do STJ, a exigência de representação da vítima como pré-requisito para a ação penal por estelionato – introduzida pelo Pacote Anticrime – não pode ser aplicada retroativamente para beneficiar o réu nos processos que já estavam em curso. A retroatividade da representação deve se restringir à fase policial.

26. Assinale a alternativa incorreta.

a) No tocante ao dolo, o Código Penal adotou duas teorias: teoria da vontade e teoria do assentimento. A primeira define o dolo direto, ao passo que a segunda define o dolo eventual.

b) Tício quer matar Caio, que é motorista de ônibus. Para tanto, coloca uma bomba no veículo, momentos antes do turno de Caio. O dolo quanto a Caio é direto de primeiro grau, e quanto aos passageiros é direto de segundo grau ou de consequências necessárias.

c) Os requisitos da desistência voluntária e do arrependimento eficaz são a voluntariedade e a eficácia, podendo a iniciativa emanar de terceira pessoa.

d) A tentativa imperfeita ocorre quando o agente esgota todos os meios executórios que estavam à sua disposição, e mesmo assim não sobrevém a consumação por circunstâncias alheias à sua vontade.

27. Sobre os crimes contra a Administração Pública, assinale a assertiva correta.

a) Não é legítima a utilização da condição pessoal de policial civil como circunstância judicial desfavorável para fins de exasperação da pena-base aplicada ao acusado pela prática do crime de concussão.

b) Não há bilateralidade entre os crimes de corrupção passiva e ativa.

c) Para a configuração do crime de corrupção passiva é imprescindível a obtenção da vantagem indevida almejada.

d) A intenção de satisfazer interesse ou sentimento pessoal não é essencial à tipificação do delito previsto no art. 319, CP (prevaricação).

28. Assinale a assertiva incorreta.

a) Conhecido o estado gravídico, o feminicídio de mulher grávida e provocação ao aborto não geram dupla valoração.

b) Configura o crime de roubo (e não estelionato) a conduta do funcionário de uma empresa que combina com outro indivíduo para que este simule que assalta o empregado com uma arma de fogo e, dessa forma, leve o dinheiro da empresa.

c) Configura o crime de estelionato a conduta do agente que desvia a energia elétrica da rede pública para o seu imóvel, com a finalidade de usufruir gratuitamente do serviço público, a exemplo do que se dá no chamado “gato”.

d) Ainda que inexistentes indícios da transnacionalidade da conduta, competirá à Justiça Federal o julgamento dos crimes de contrabando e descaminho.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Guilherme Rezende

29. Sobre o inquérito policial, assinale a alternativa incorreta:

- a) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.
- b) Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.
- e) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o chefe de Polícia.
- d) Apenas a pessoa direta ou indiretamente interessada na apuração da infração em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.

30. Sobre o inquérito policial, assinale a alternativa incorreta:

- a) Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, desde que esta não contrarie a moralidade ou a ordem pública.
- b) Todas as peças do inquérito policial serão, num só processado, reduzidas a escrito ou datilografadas e, neste caso, rubricadas pela autoridade.
- c) A autoridade fará minucioso relatório do que tiver sido apurado, indicando o dispositivo no qual incurso o investigado, e enviará autos ao juiz competente.
- d) No relatório poderá a autoridade indicar testemunhas que não tiverem sido inquiridas, mencionando o lugar onde possam ser encontradas.

31. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, acompanharão os autos do inquérito.
- b) O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.
- c) À autoridade policial é facultada a realização das diligências requisitadas pelo juiz ou pelo Ministério Público, dada a sua autonomia.
- d) Incumbirá à autoridade policial cumprir os mandados de prisão expedidos pelas autoridades judiciárias.

32. Assinale a alternativa incorreta:

- a) A autoridade assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade.
- b) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.
- c) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.
- d) Nos crimes em que couber ação pública condicionada a representação, os autos do inquérito serão remetidos ao juízo competente, onde aguardarão a iniciativa do ofendido ou de seu representante legal, ou serão entregues ao requerente, se o pedir, mediante traslado.

33. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.
- b) O arquivamento de inquérito policial, pelo reconhecimento de excludente de ilicitude, não faz coisa julgada nem causa a preclusão.
- c) A reabertura de investigação criminal não pode decorrer de simples mudança de opinião ou reavaliação da situação.
- d) A suspeição de autoridade policial verificada em inquérito é motivo para a anulação do processo penal.

34. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Ao Ministério Público é vedado proceder a diligências investigatórias, por ausência de permissivo constitucional.
- b) Notícias anônimas de crime, desde que verificada a sua credibilidade por apurações preliminares, podem servir de base válida à investigação e à persecução criminal.
- c) O fato de as investigações do inquérito não se realizarem em contraditório não prejudica o exercício da ampla defesa.
- d) Carece de fundamento a pretensão do investigado de que lhe seja concedida a oportunidade de se manifestar previamente sobre requerimento formulado pelo Parquet à autoridade policial.

35. Assinale a alternativa incorreta:

- a) A ordem constitucional vigente impõe ao dominus litis que a peça acusatória, nos termos do art. 41 do Código de Processo Penal (CPP), indique, de forma clara e precisa, os fatos penalmente relevantes e suas respectivas circunstâncias, que possam ser atribuídos ao acusado.
- b) É apta a denúncia que, em respeito ao art. 41 do Código de Processo Penal (CPP), descreve o fato imputado ao réu com todas as circunstâncias que possibilitem a individualização da conduta e o exercício da ampla defesa.

- c) Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a representação há que ser ofertada pela chefia do órgão a quem couber a sua representação judicial, na forma do §2º, do artigo 28, do CPP, com a redação dada pelo Pacote Anticrime.
- d) A representação será irretratável, depois de oferecida a denúncia.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Alex Fadel

36. À luz das previsões da Lei n.º 9.613/98, que dispõe sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, e com base no entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa incorreta:

- a) O delito de lavagem de capitais é um crime remetido, pois pressupõe um delito anterior, suposto, precedente.
- b) A primeira geração da tipificação do crime de lavagem de capitais assim o considerava se a conduta originária, precedente, fosse o crime de tráfico de drogas.
- c) A segunda geração da tipificação do crime de lavagem de capitais estipulava um rol de crimes anteriores, além do tráfico de entorpecentes, como necessários à configuração da lavagem de capitais.
- d) Para responder por lavagem de dinheiro, o autor deve ter sido também autor do crime antecedente.

37. Assinale a alternativa correta:

- a) Constitui crime descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha. Na hipótese de o autor ser preso em flagrante, a autoridade policial poderá conceder fiança.
- b) Mulheres não podem ser autoras de crimes inseridos no âmbito da Lei Maria da Penha.
- c) A violência moral não é uma forma de violência doméstica e familiar contra a mulher.
- d) Não podem ser aplicados os benefícios da suspensão condicional do processo e da transação penal nas hipóteses de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha.

38. Com base na Lei n.º 9.296/96, assinale a opção correta:

- a) Será admitida a interceptação de comunicações telefônicas mesmo se a prova puder ser feita por outros meios disponíveis.
- b) A interceptação de comunicações telefônicas poderá ser determinada pelo juiz, de ofício, ou a requerimento do representante do Ministério Público, na investigação criminal e na instrução processual penal.
- c) A captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos poderá ser autorizada pelo juiz, a requerimento da autoridade policial quando houver elementos probatórios razoáveis de autoria e participação em infrações criminais com penas máximas superiores a quatro anos, desde que a prova não possa ser feita por outros meios disponíveis igualmente eficazes.
- d) Com relação ao pedido de interceptação de comunicação telefônica, não se admite, em qualquer hipótese, que seja formulado verbalmente.

39. A Lei de Execução Penal (Lei n.º 7.210/84) sofreu significativas alterações pelo Pacote Anticrime (Lei n.º 13.964/2019), notadamente com relação à progressão de regime, prevista no art. 112 da LEP. À luz da legislação vigente e dos entendimentos do Superior Tribunal de Justiça, assinale a assertiva correta:

- a) Na nova redação da Lei de Execuções Penais, para fins de progressão de regime, não há percentual previsto para condenados por crime hediondo que sejam reincidentes não específicos. Diante disso, as 5ª e 6ª Turmas do STJ pacificaram o entendimento de que prevalece a analogia “in bonam partem”, aplicando-se a porcentagem referente aos condenados primários.
- b) Deve ser aplicado o percentual de cumprimento de 3/5 da pena para a progressão de regime, ainda que o fato tenha ocorrido depois da alteração legislativa, justamente porque a lei nova não trouxe o patamar específico para o caso de condenado por crime hediondo sem reincidência específica.
- c) Nenhum dos percentuais previstos na alteração mencionada no artigo 112 retroagirão, pois todos são prejudiciais aos condenados.
- d) O apenado só terá direito à progressão de regime se ostentar boa conduta carcerária, comprovada pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão, exceto no caso do reincidente em crime hediondo com resultado morte, em que se presume o mau comportamento.

40. Matheus, servidor público, foi condenado pelo crime de tortura qualificada pelo resultado morte a uma pena de nove anos de reclusão. Essa condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo prazo de:

- a) Nove anos
- b) Dez anos
- c) Quatro anos e seis meses
- d) Dezoito anos

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

41. Em relação ao direito de família, entende o Superior Tribunal de Justiça que:

- a) a separação é requisito para o divórcio;
- b) é possível, na execução de alimentos, a penhora de valores decorrentes do FGTS para o pagamento de prestação alimentícia;
- c) não corre prescrição entre os cônjuges em qualquer caso, ainda que em sua forma aquisitiva;
- d) o pagamento parcial dos alimentos afasta a prisão civil;

42. Anderson conseguiu a sua emancipação por ato voluntário de ambos os pais ainda aos dezesseis anos de idade. Para comemorar sua nova fase independente, duas semanas após a emancipação ser registrada, Anderson pegou o carro dos pais e foi testar os limites de velocidade das vias. Por extrapolar os limites de segurança do carro, acabou perdendo o controle da direção e bateu em um outro carro que estava com o pisca alerta ligado no acostamento.

Em relação ao ocorrido, é correto afirmar que:

- a) apenas e exclusivamente Anderson responderá pelos prejuízos, já que é emancipado;
- b) apenas os pais de Anderson responderão pelo prejuízo, pois ainda é relativamente incapaz;
- c) a culpa é concorrente, visto que se o carro não estivesse parado no acostamento, não teria ocorrido o dano;
- d) ainda que ocorrida a emancipação, os pais de Anderson podem responder civilmente pelo dano, já que realizada na sua forma voluntária;

43. A República Federativa do Brasil é pessoa jurídica:

- a) de direito público externo, em qualquer caso;
- b) de direito público interno, quando se relaciona com outros países;
- c) de direito público externo, quando se relaciona com outros Estados brasileiros;
- d) de direito público externo, quando se relaciona com outros países.

44. A anulabilidade não tem efeito antes de julgada por sentença, nem se pronuncia de ofício; só os interessados a podem alegar, e aproveita exclusivamente aos que a alegarem, salvo o caso de solidariedade ou indivisibilidade. Quanto a isso, é correto afirmar que:

- a) no caso de coação, é de dois anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contando-se do dia em que ela iniciar;
- b) no caso de coação, é de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contando-se do dia em que ela iniciar;
- c) no caso de coação, é de dois anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contando-se do dia em que ela cessar;
- d) no caso de coação, é de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contando-se do dia em que ela cessar;

45. O prazo do beneficiário para reclamar do segurador em caso de seguro civil obrigatório é:

- a) decadencial e de dez anos, já que é uma responsabilidade contratual;
- b) prescricional, de três anos, já que é uma responsabilidade extracontratual;
- c) decadencial, de três anos, já que é caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório;
- d) prescricional, de três anos, já que é caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório;

46. Estará impedida, suspensa ou interrompida a decadência:

- a) quando pender condição suspensiva;
- b) quando não estiver vencido o prazo;
- c) quando for direito relacionado ao menor de dezesseis anos;
- d) quando se referir a relação entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar;

47. São impenhoráveis os seguintes bens e direitos, exceto:

- a) os valores oriundos de empréstimo consignado;
- b) os valores oriundos de pensão por morte;
- c) os valores oriundos de empréstimo consignado em que o mutuário comprovar que os recursos são necessários à de sua manutenção e de sua família;
- d) os recursos públicos do fundo partidário recebidos por partido político, nos termos da lei;

48. Conforme o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a responsabilidade civil, é correto afirmar que:

- a) o ato de vandalismo que resulta no rompimento de cabos elétricos de vagão de trem exclui a responsabilidade da concessionária/transportadora, pois configura ato exclusivo de terceiro;
- b) o Estado responde de forma objetiva quando a situação envolver atividade naturalmente perigosa, sendo irrelevante o fato de a conduta ser comissiva ou omissiva;
- c) pela morte de paciente em atendimento custeado pelo SUS incidirá o prazo prescricional de três anos para ser requerida a indenização;
- d) a operadora de plano de saúde tem responsabilidade solidária por defeito na prestação de serviço médico em qualquer hipótese;

49. Na solidariedade ativa, quando a obrigação for indivisível o herdeiro de um credor falecido:

- a) pode exigir para si, sozinho, o cumprimento da obrigação por inteiro;
- b) pode exigir para si, sozinho, apenas a quota parte que lhe caberia se a obrigação fosse divisível;
- c) não pode exigir para si, sozinho, o cumprimento da obrigação por inteiro;
- d) não pode exigir o cumprimento da obrigação de qualquer forma;

50. Em relação ao testamento, suas modalidades e peculiaridades, é correto afirmar que:

- a) são dispensadas testemunhas no testamento cerrado;
- b) é válido o testamento particular que, a despeito de não ter sido assinado de próprio punho pela testadora, contou com a sua impressão digital;
- c) é proibido o testamento conjuntivo, salvo se for recíproco;
- d) o testamento público não terá validade se o testador não souber assinar;

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

51. Sobre os atos processuais, a partir das disposições do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) A parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor, seja expressa ou tacitamente.
- b) Interrompe-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro.
- c) Todas as nulidades dos atos, se não alegadas na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, serão consideradas preclusas.
- d) Salvo disposição em sentido contrário, considera-se dia do começo do prazo o dia útil seguinte ao fim da dilação assinada pelo juiz, quando a citação ou a intimação for por edital.
- e) Sendo a lei omissa, o prazo para a parte praticar o ato processual será sempre o de dez dias.

52. Marque a alternativa correta a respeito dos poderes do juiz:

- a) não lhe é possível dilatar prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito.
- b) ao magistrado é vedado determinar o comparecimento pessoal das partes, para inquiri-las sobre os fatos da causa, depois de já encerrada a fase de instrução.
- c) é possível dilatar os prazos processuais, ainda que já encerrado o prazo regular, em obediência aos princípios da efetividade e da primazia da decisão de mérito.
- d) quando se deparar com diversas demandas individuais repetitivas, oficiará o Ministério Público, a Defensoria Pública e, na medida do possível, outros legitimados a que se referem o art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985 (Lei da Ação Civil Pública), e o art. 82 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para, se for o caso, promover a propositura da ação coletiva respectiva.
- e) incumbe ao juiz promover, até o saneamento do feito, a autocomposição, preferencialmente com auxílio de conciliadores e mediadores judiciais.

53. Sobre a denúncia da lide no Código de Processo Civil 2015, é correto afirmar:

- a) A denúncia da lide é obrigatória apenas no caso de evicção.
- b) Permite-se uma única denúncia sucessiva, promovida pelo denunciado, contra qualquer antecessor na cadeia dominial ou contra quem seja responsável por indenizá-lo.
- c) Se o denunciante for vencedor na ação principal, o juiz passará ao julgamento da denúncia da lide para aferir eventual responsabilidade regressiva do denunciado.
- d) Procedente o pedido da ação principal, descabe requerimento do autor para cumprimento da sentença também contra o denunciado pelo réu, dado que o denunciado só responde regressivamente perante o denunciante.
- e) A denúncia da lide é facultativa porque o direito de regresso poderá ser exercido por ação

autônoma quando a denúncia for indeferida, deixar de ser promovida ou não for permitida.

54. Marque a alternativa incorreta a respeito da arbitragem:

- a) Estão impedidos de funcionar como árbitros as pessoas que tenham, com as partes ou com o litígio que lhes for submetido, algumas das relações que caracterizam os casos de impedimento ou suspeição de juízes, aplicando-se-lhes, no que couber, os mesmos deveres e responsabilidades, conforme previsto no Código de Processo Civil.
- b) É vedado ao árbitro determinar a produção de provas de ofício.
- c) A parte que pretender arguir questões relativas à competência, suspeição ou impedimento do árbitro ou dos árbitros, bem como nulidade, invalidade ou ineficácia da convenção de arbitragem, deverá fazê-lo na primeira oportunidade que tiver de se manifestar, após a instituição da arbitragem..
- d) Instituída a arbitragem, caberá aos árbitros manter, modificar ou revogar a medida cautelar ou de urgência concedida pelo Poder Judiciário.
- e) Os árbitros poderão proferir sentenças parciais.

55. No que diz respeito ao julgamento antecipado parcial do mérito, assinale a alternativa correta.

- a) A decisão proferida com base em julgamento antecipado parcial do mérito não é impugnável por agravo de instrumento.
- b) A decisão que julgar parcialmente o mérito não poderá reconhecer a existência de obrigação ilíquida.
- c) A liquidação e o cumprimento da decisão que julgar parcialmente o mérito deverão ser processados nos mesmos autos.
- d) O juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles se mostrar incontroverso e não houver necessidade de produção de outras provas.
- e) A parte poderá liquidar desde logo a obrigação reconhecida na decisão que julgar parcialmente o mérito, desde que prestada caução.

56. Em relação ao cumprimento de sentença, é correto afirmar:

- a) O cumprimento provisório da sentença impugnada por recurso desprovido de efeito suspensivo não poderá em nenhuma situação admitir o levantamento de depósito em dinheiro ou a prática de atos que importem transferência de posse ou domínio, pela possibilidade de irreversibilidade dos efeitos de tais atos.
- b) A intimação em cumprimento de sentença será somente por meio eletrônico ou carta.
- c) O cumprimento de sentença não pode ser efetuado perante os tribunais de Justiça.
- d) O cumprimento da sentença não poderá ser promovido em face do fiador, do coobrigado ou do corresponsável que não tiver participado da fase de conhecimento.
- e) A sentença arbitral não é considerada como título executivo para fins de cumprimento de sentença.

57. No que se refere à ação rescisória, marque a alternativa correta:

- a) A propositura da ação rescisória impede o cumprimento da decisão rescindenda, ressalvada a concessão de tutela provisória..
- b) Reconhecida a incompetência do tribunal para julgar a ação rescisória, o processo será extinto sem resolução de mérito.
- c) Os atos de disposição de direitos, praticados pelas partes ou por outros participantes do processo e homologados pelo juízo, bem como os atos homologatórios praticados no curso da execução, estão sujeitos à ação rescisória, nos termos da lei.
- d) Há erro de fato quando a decisão rescindenda admitir fato inexistente ou quando considerar inexistente fato efetivamente ocorrido, sendo dispensável, em ambos os casos, que o fato não represente ponto controvertido sobre o qual o juiz deveria ter se pronunciado.
- e) A técnica de ampliação de julgamento é aplicável ao julgamento não unânime proferido em ação rescisória, quando o resultado for a rescisão da sentença, devendo, nesse caso, seu

prosseguimento ocorrer em órgão de maior composição previsto no regimento interno.

58. Sobre a reclamação, marque a alternativa incorreta:

- a) A reclamação pode ser proposta perante qualquer tribunal, e seu julgamento compete ao órgão jurisdicional cuja competência se busca preservar ou cuja autoridade se pretenda garantir.
- b) A inadmissibilidade ou o julgamento do recurso interposto contra a decisão proferida pelo órgão reclamado prejudica a reclamação.
- c) Qualquer interessado poderá impugnar o pedido do reclamante.
- d) Julgando procedente a reclamação, o tribunal cassará a decisão exorbitante de seu julgado ou determinará medida adequada à solução da controvérsia.
- e) Ao despachar a reclamação, o relator determinará a citação do beneficiário da decisão impugnada, que terá prazo de 15 (quinze) dias para apresentar a sua contestação.

59. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Considera-se julgamento de casos repetitivos a decisão proferida em incidente de resolução de demandas repetitivas e em recursos especial e extraordinário repetitivos.
- b) O julgamento de casos repetitivos tem por objeto questão de direito material ou processual.
- c) A alteração de tese jurídica adotada em enunciado de súmula ou em julgamento de casos repetitivos poderá ser precedida de audiências públicas e da participação de pessoas, órgãos ou entidades que possam contribuir para a rediscussão da tese.
- d) A modificação de enunciado de súmula, de jurisprudência pacificada ou de tese adotada em julgamento de casos repetitivos observará a necessidade de fundamentação adequada e específica, considerando os princípios da segurança jurídica, da proteção da confiança e da isonomia.
- e) Na hipótese de alteração de jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal e dos

tribunais superiores ou daquela oriunda de julgamento de casos repetitivos, deve haver modulação.

60. Marque a alternativa incorreta no que se refere aos processos nos Tribunais:

- a) A alteração de tese jurídica, adotada em enunciado de súmula ou em julgamento de casos repetitivos, deverá ser precedida de audiências públicas.
- b) Não se aplica a técnica de ampliação de julgamento nos casos de julgamento não unânime proferido, nos tribunais, pelo plenário ou pela corte especial.
- c) É admissível a assunção de competência quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos.
- d) A desistência ou o abandono do processo não impede o exame do mérito do incidente de demandas repetitivas.
- e) Do julgamento do mérito do incidente de demandas repetitivas caberá recurso extraordinário ou especial, conforme o caso.

DIREITO MATERIAL COLETIVO

Henrique da Rosa

61. É CORRETO dizer que:

- a) Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, é assegurado à pessoa com deficiência, independentemente de solicitação, o recebimento de contas, boletos, recibos, extratos e cobranças de tributos em formato acessível.
- b) Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória, salvo motivo extraordinário provado em ação de conhecimento.
- c) Segundo a Lei n. 10.216/01, a internação psiquiátrica involuntária deverá, no prazo de setenta horas, ser comunicada ao Ministério

Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido, devendo esse mesmo procedimento ser adotado quando da respectiva alta.

d) Segundo o Estatuto do Idoso, toda as instituições dedicadas ao atendimento ao idoso, governamentais ou privadas, ficam obrigadas a manter identificação externa visível, sob pena de interdição.

62. É INCORRETO dizer que:

- a) Segundo o Estatuto do Idoso, todo cidadão tem o dever de comunicar à autoridade competente qualquer forma de violação a esta Lei que tenha testemunhado ou de que tenha conhecimento.
- b) Conforme o Estatuto do Idoso, a obrigação alimentar é solidária, podendo o idoso optar entre os prestadores.
- c) À luz da Lei n. 10.741/03, é vedado exigir o comparecimento do idoso enfermo perante os órgãos públicos.
- d) À luz da Lei n. 10.741/03, ao idoso que esteja no domínio de suas faculdades mentais é assegurado o direito de optar pelo seu tratamento de saúde. Não estando o idoso em condições de proceder à opção, esta poderá ser feita, entre outros, pelo médico, quando ocorrer iminente risco de vida e não houver tempo hábil para consulta a curador ou familiar, caso em que deverá comunicar o fato ao Ministério Público.

63. Em relação à lei 6.938/81, É INCORRETO dizer que:

- a) Segundo a Lei n. 6.938/81, meio ambiente, é o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.
- b) Segundo a Lei n. 6.938/81, poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental.
- c) Segundo a Lei n. 6.938/81, o órgão superior é o Conselho de Governo, com a função de assessorar o Ministro do Meio Ambiente na formulação da

política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais;

d) Segundo a Lei n. 6.938/81, o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental e o zoneamento ambiental são dois dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.

64. É INCORRETO dizer sobre o instituto do tombamento:

a) Segundo o Decreto n. 25/37, excluem-se do patrimônio histórico e artístico nacional as obras de origem estrangeira que pertençam às representações diplomáticas ou consulares acreditadas no país e que adornem quaisquer veículos pertencentes a empresas estrangeiras, que façam carreira no país.

b) Segundo o Decreto n. 25/37, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo.

c) Segundo o Decreto n. 25/37, o tombamento dos bens pertencentes à União, aos Estados e aos Municípios se fará de ofício

d) Segundo a Constituição da República, ficam automaticamente tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos sambaquis.

65. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a lei 12.529/2011, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

a) O Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) entidade judicante com jurisdição em todo o território nacional, que se constitui em autarquia federal, vinculada ao Ministério da Justiça, com sede e foro no Distrito Federal.

b) O Tribunal Administrativo de Defesa Econômica é órgão do CADE.

c) A Superintendência-Geral é órgão do Cade.

d) O Conselho Administrativo de Defesa Econômica é órgão do Cade.

66. É cláusula abusiva prevista no Código de Defesa do Consumidor, as cláusulas que:

a) Possibilitem a renúncia do direito de indenização por benfeitorias necessárias.

b) Estipulem prazos para a solução dos problemas decorrentes da relação de consumo.

c) Autorizem o fornecedor a cancelar o contrato unilateralmente, mesmo quando igual direito seja conferido ao consumidor.

d) Determinem a utilização consensual da arbitragem.

67. Sobre Direito do Consumidor, é correto afirmar que:

a) Um bem imaterial não pode ser produto.

b) O CDC estabeleceu apenas três espécies de consumidor equiparados além do chamado consumidor *standart*, ou seja, aquele, pessoa física ou jurídica, que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.

c) Nenhum produto ou serviço colocado no mercado de consumo pode acarretar risco à saúde ou segurança do consumidor, segundo determina o CDC.

d) A má apresentação de um produto não implica a sua conceituação como defeituoso.

68. Sobre Direito do Consumidor, é incorreto afirmar que:

a) O CDC dispõe que as suas normas principiológicas são de ordem pública e interesse social, portanto, as demais normas, numa interpretação em contrário, não possuem esta natureza.

b) O CDC estabelece presunção absoluta de vulnerabilidade do consumidor.

c) Para se caracterizar a lesão no CDC, ao contrário do Direito Civil, basta a presença de cláusula contratual que estabeleça prestações desproporcionais, em prejuízo do consumidor.

d) Quanto à inversão do ônus da prova em benefício do consumidor, o CDC adotou a teoria dinâmica.

69. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a lei 9.985/2000 (Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências).

a) Entende-se por unidade de conservação, o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

b) Entende-se por conservação da natureza, o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral.

c) Entende-se por preservação, o conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais.

d) Entende-se por corredores ecológicos, as porções de ecossistemas naturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota e da atmosfera, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas ou regeneradas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais.

70. Assinale a alternativa correta em relação à ação popular:

a) Em relação à classificação quando ao objeto do processo coletivo, a ação popular faz parte do processo coletivo especial.

b) De acordo com a Lei 4.717/65, um dos bens jurídicos protegidos pela ação popular é o meio ambiente.

c) Segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o rol dos bens protegidos pela ação popular é taxativo.

d) A ação popular é cabível apenas em relação aos atos administrativos vinculados, mas não contra os discricionários.

DIREITO PROCESSUAL COLETIVO

Henrique da Rosa

71. Assinale a alternativa incorreta em relação à ação civil pública, prevista na lei 7.347/1985:

a) o rol de bens jurídicos defendidos pela lei da ação civil pública é exemplificativo e não taxativo.

b) a lei 7.347/1985 utiliza o princípio da integratividade em dois de seus artigos.

c) A sentença civil fará coisa julgada erga omnes, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

d) Decorridos noventa dias do trânsito em julgado da sentença condenatória, sem que a associação autora lhe promova a execução, deverá fazê-lo o Ministério Público, facultada igual iniciativa aos demais legitimados.

72. Assinale a alternativa correta em relação ao inquérito civil.

- a) O inquérito civil é condição de procedibilidade para que o Ministério Público possa tomar eventuais medidas na defesa dos direitos e interesses difusos e coletivos.
- b) O inquérito civil pode ser conduzido por autoridades administrativas, incluindo o Ministério Público.
- c) O inquérito civil pode ser prorrogado tantas vezes quantas necessárias, por decisão fundamentada de seu presidente.
- d) Em cumprimento ao princípio da publicidade das investigações, o membro do Ministério Público deverá prestar informações, inclusive aos meios de comunicação social, a respeito das providências adotadas para apuração de fatos em tese ilícitos, podendo, inclusive, externar ou antecipar juízos de valor a respeito de apurações ainda não concluídas.

73. Assinale a alternativa incorreta em relação à lei 7.853/1989.

- a) Para instruir a inicial, o interessado poderá requisitar às autoridades competentes as certidões e informações que julgar necessárias.
- b) Em caso de desistência ou abandono da ação, qualquer dos colegitimado pode assumir a titularidade ativa.
- c) A sentença terá eficácia de coisa julgada oponível erga omnes, exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de prova, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.
- d) A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal.

74. Assinale a alternativa incorreta em relação à lei da ação popular, 4.717/1965:

- a) A prova da cidadania, para ingresso em juízo, será feita com o título eleitoral, ou com documento que a ele corresponda.
- b) Se o autor desistir da ação ou der motiva à absolvição da instância, serão publicados editais nos prazos e condições previstos no art. 7º, inciso II, ficando assegurado a qualquer cidadão, bem como ao representante do Ministério Público, dentro do prazo de 90 (noventa) dias da última publicação feita, promover o prosseguimento da ação.
- c) Caso decorridos 90 (noventa) dias da publicação da sentença condenatória de segunda instância, sem que o autor ou terceiro promova a respectiva execução. o representante do Ministério Público a promoverá nos 30 (trinta) dias seguintes, sob pena de falta grave.
- d) A sentença terá eficácia de coisa julgada oponível "erga omnes", exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de prova; neste caso, qualquer cidadão poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

75. Assinale a alternativa incorreta em relação aos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos

- a) Os direitos individuais homogêneos são considerados acidentalmente coletivos.
- b) interesses ou direitos difusos são os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.
- c) interesses ou direitos individuais homogêneos são os decorrentes de origem comum.
- d) interesses ou direitos coletivos, são os transindividuais, de natureza divisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação de fato base.

76. Assinale a alternativa correta em relação à legitimação para propositura de ação civil pública. Assim, na forma da lei 7.347/85, podem propor ação civil pública:

- a) Ministério Público, Sociedade de Economia Mista e Autarquia.
- b) Defensoria Pública, Partido Político e União.
- c) Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público e Defensoria Pública.
- d) Distrito Federal, Sindicatos e Municípios.

77. Assinale a alternativa correta em relação ao inquérito civil

- a) É procedimento administrativo sujeito ao contraditório e ampla defesa.
- b) É unilateral, facultativo e não é condição de procedibilidade para o ajuizamento das ações a cargo do Ministério Público.
- c) Não pode ser utilizado para oferecimento de denúncia
- d) Tem prazo de conclusão de um ano, prorrogável impreterivelmente por mais um ano.

78. Emale a alternativa incorreta em relação ao inquérito civil.

- a) O inquérito civil poderá ser instaurado por designação do Procurador-Geral de Justiça, do Espelho Superior do Ministério Público e demais órgãos superiores da Instituição, nos casos cabíveis.
- b) O Ministério Público atuará, independentemente de provocação, em caso de conhecimento, por qualquer forma, de fatos que, em tese, constituam lesão aos interesses ou direitos mencionados no artigo 1º desta Resolução, devendo cientificar o membro do Ministério Público que possua atribuição para tomar as providências respectivas, no caso de não a possuir.
- c) O conhecimento por manifestação anônima, justificada, implicará ausência de providências, quando desobedecidos os mesmos requisitos para as representações em geral, constantes na Resolução 23/07 do CNMP.

d) Em caso de evidência de que os fatos narrados na representação não configurem lesão aos interesses ou direitos a cargo do Ministério Público ou se o fato já tiver sido objeto de investigação ou de ação civil pública ou se os fatos apresentados já se encontrarem solucionados, o membro do Ministério Público, no prazo máximo de quinze dias, indeferirá o pedido de instauração de inquérito civil, em decisão fundamentada, da qual se dará ciência pessoal ao representante e ao representado.

79. Em relação ao processo coletivo comum, assinale o único que não é legitimado ativo:

- a) Ordem dos Advogados do Brasil;
- b) Sociedade de Economia Mista;
- c) Empresa Pública;
- d) Movimento Social regularmente constituído.

80 Assinale a alternativa incorreta em relação à ação popular, prevista na lei 4.717/65 e na Constituição Federal:

a) qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

b) A sentença que, julgando procedente a ação popular, decretar a invalidade do ato impugnado, condenará ao pagamento de perdas e danos os responsáveis pela sua prática e os beneficiários dele, ressalvada a ação regressiva contra os funcionários causadores de dano, quando incorrerem em culpa.

c) Caso decorridos 90 (noventa) dias da publicação da sentença condenatória de segunda instância, sem que o autor ou terceiro promova a respectiva execução. o representante do Ministério Público a promoverá nos 30 (trinta) dias seguintes, sob pena de falta grave.

d) A sentença terá eficácia de coisa julgada oponível "erga omnes", exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de prova; neste caso, qualquer cidadão poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-MPMG-Procurador-05-06>



Estratégia
Carreira Jurídica